

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Gleidiane Hirley Dias

FEMINISMO NEGRO E DORORIDADE: ALGUNS APONTAMENTOS.

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientador: Prof.^a Dr.^a Marcella Beraldo de Oliveira.

Juiz de Fora
2024

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, Gleidiane Hirley Dias, acadêmica do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculada sob o número 202172027A, declaro que sou autora do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **FEMINISMO NEGRO E DORORIDADE: ALGUNS APONTAMENTOS**, desenvolvido durante o período de 20/03/2024 a 10/09/2024 sob a orientação de Marcella Beraldo de Oliveira, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

GLEIDIANE HIRLAY DIAS

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

FEMINISMO NEGRO E DORORIDADE: ALGUNS APONTAMENTOS.

Gleidiane Hirley Dias¹

RESUMO

O conceito de Dororidade, cunhado por Vilma Piedade, aponta para a urgência de uma abordagem interseccional que reconheça as complexidades de cada realidade na vida de mulheres negras, juntando “dor” e “sororidade” para dar ênfase a uma solidariedade comunitária diante das múltiplas opressões que enfrentam. O objetivo da pesquisa é explorar como o racismo estrutural e o sexismo interseccional criam formas de violência incorporadas na sociedade, que atuam de maneiras integradas ao racismo e sexismo para perpetuar as desigualdades intensas e sistêmicas, como analisado nas contribuições de Lélia González e Vilma Piedade. A pesquisa emprega uma análise crítica das obras, que demonstra como o racismo estrutural limita as oportunidades das mulheres negras em educação, mercado de trabalho e saúde que resultam em disparidades significativas. O sexismo interseccional agrava ainda mais a situação, colocando mulheres negras em situação de vulnerabilidade extrema e intensificando violências: físicas, domésticas e sexuais. O que se espera com essa pesquisa é cooperar para fortalecer esse campo de estudo para que novas formulações em políticas públicas sejam implementadas efetivamente, afim de promover um compromisso de ação coletiva contínuo com a dignidade e igualdade de oportunidade para todas as mulheres. Além disso, pretende-se destacar a importância de uma educação antirracista e de maior representatividade que desafie estereótipos e construa uma sociedade mais justa e igualitária principalmente para as mulheres negras.

PALAVRAS-CHAVE: Dororidade, feminismo negro, racismo estrutural, interseccionalidade, sexismo.

1. INTRODUÇÃO

A compreensão das experiências das mulheres negras no contexto do feminismo é essencial para abordar a complexidade das opressões interseccionais de raça e gênero. O conceito de Dororidade, um neologismo que combina "dor" e "sororidade", surge como uma perspectiva crucial para reconhecer e compartilhar as dores específicas enfrentadas por essas mulheres. Este termo, ao mesmo tempo que ressalta a solidariedade entre as mulheres negras, destaca a necessidade de reconhecer as particularidades de suas vivências muitas vezes invisibilizadas pelo feminismo tradicional e pelos movimentos antirracistas. A teórica Vilma Piedade e outras personalidades femininas negras, são figuras centrais do feminismo afro-latino-americano, contribuíram significativamente para essa discussão ao enfatizar a interseção de racismo e sexismo e a necessidade de abordá-los de maneira integrada. A obra de Piedade e Gonzalez, mais especificamente os livros “Dororidade”, (Piedade, 2017) e “Por um feminismo afro latino americano”, (Gonzalez, 2020) são fundamentais para entender como essas opressões se entrelaçam, criando uma forma única de sofrimento que demanda uma compreensão e uma resposta igualmente únicas (Gonzalez, 2020).

O objetivo deste trabalho é explorar e aprofundar a compreensão sobre o conceito de Dororidade, racismo estrutural, sexismo interseccional, violência contra mulheres negras, desigualdade econômica e a luta pela representação e visibilidade. A justificativa para essa análise reside na necessidade urgente de reconhecer e combater as formas interseccionais de opressão que afetam desproporcionalmente as mulheres negras. A marginalização histórica e contínua dessas mulheres exige uma abordagem que não apenas reconheça suas dores, mas também promova formas de resistência e transformação social.

No desenvolvimento do trabalho que fiz a partir de uma revisão literária, foi discutido como o racismo estrutural permeia diversos aspectos da vida das mulheres negras, desde a educação e o mercado de trabalho até o sistema de justiça e a saúde pública. Também foram abordadas as manifestações do sexismo interseccional, que agravam a discriminação e a violência enfrentadas por essas mulheres. A violência doméstica, a agressão sexual e a brutalidade policial foram identificadas como formas de violência exacerbadas pela interseccionalidade de raça e gênero. A desigualdade econômica foi analisada, evidenciando as barreiras que impedem o avanço

¹ Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: Gleidiane.dias@estudante.uff.br. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Prof.^a Dr.^a Marcella Beraldo de Oliveira.

socioeconômico das mulheres negras. Além disso, a representação estereotipada na mídia e a sub-representação em espaços de poder foram discutidas como fatores que perpetuam a exclusão e a marginalização.

2. INTRODUÇÃO AO CONCEITO DE DORORIDADE

O conceito de Dororidade emerge como uma perspectiva essencial para compreender as experiências específicas das mulheres negras, particularmente aquelas marcadas pelas dores agravadas pelo racismo e sexismo interseccional. A palavra "Dororidade" é um neologismo que combina "dor" e "sororidade", indicando uma irmandade construída em torno do reconhecimento e compartilhamento das dores comuns enfrentadas pelas mulheres negras. Este termo não só ressalta a solidariedade entre essas mulheres, mas também sublinha a importância de reconhecer as especificidades de suas vivências, que muitas vezes são ignoradas tanto pelo feminismo tradicional quanto pelos movimentos antirracistas (Da Costa, 2024).

Vilma Piedade, professora, escritora e palestrante Feminista, oferece uma contribuição inestimável para essa discussão, ao trazer para o centro do debate a importância da compreensão da palavra Dororidade, e das questões raciais e de gênero que permeiam a vida das mulheres negras. Tanto (Piedade, 2017) quanto (Gonzales, 2020), argumentam que o racismo e o sexismo não operam de forma isolada, mas se entrelaçam, criando uma forma única de opressão que precisa ser abordada de maneira integrada. Esse entendimento é fundamental para compreender a Dororidade, pois enfatiza que as dores das mulheres negras não são apenas uma questão de gênero ou de raça, mas a interseção dessas duas dimensões de opressão (Araújo, 2022).

A introdução ao conceito de Dororidade passa, portanto, por uma compreensão profunda do contexto histórico e social das mulheres negras. Historicamente, essas mulheres foram relegadas às margens da sociedade, enfrentando não apenas a escravidão e a colonização, mas também as continuidades dessas formas de opressão atualmente. Dororidade carrega no seu significado a dor provocada em todas as mulheres pelo machismo. "Contudo, quando se trata de Nós, Mulheres Pretas, tem um agravo nessa dor. A Pele Preta nos marca na escala inferior da sociedade [...] e a Carne Preta ainda continua sendo a mais barata do mercado..." (Piedade, 2017, p. 17). A marginalização econômica, a exclusão social e a violência institucional são apenas algumas das manifestações dessa opressão contínua. A Dororidade, nesse sentido, não é apenas sobre reconhecer essas dores, mas também sobre encontrar formas de resistir e de ações que possam transformar essas realidades (De Oliveira, 2021).

Um dos aspectos centrais da Dororidade é a importância da voz e da narrativa. As mulheres negras, frequentemente silenciadas ou representadas de maneira estereotipada, encontram na Dororidade um espaço para contar suas próprias histórias, compartilhar suas experiências e construir uma identidade coletiva que desafie as narrativas dominantes. Lélia Gonzalez, em seus escritos, enfatiza a importância da fala e da escuta ativa como formas de resistência. Ela argumenta que, ao compartilhar suas dores, as mulheres negras não apenas encontram alívio, mas também criam uma consciência coletiva que é crucial para a luta contra a opressão (Gonzalez, 2020).

Além disso, a Dororidade é também uma chamada à ação. Reconhecer as dores das mulheres negras implica em um compromisso ativo para combater as estruturas que perpetuam essas dores. Isso inclui lutar contra o racismo estrutural, o sexismo interseccional, a violência de gênero e as desigualdades econômicas que afetam desproporcionalmente as mulheres negras. A Dororidade, assim, não é apenas uma postura passiva de solidariedade, mas uma abordagem proativa que busca transformar as condições de vida dessas mulheres (De Oliveira, 2021).

2.1 RACISMO ESTRUTURAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS

O racismo estrutural é uma das formas mais insidiosas de discriminação que permeia as sociedades contemporâneas, afetando de maneira profunda e abrangente a vida das mulheres negras. Esse tipo de racismo não se manifesta apenas em atos isolados de preconceito ou discriminação direta, mas está enraizado nas estruturas sociais, econômicas e políticas, criando barreiras sistêmicas que perpetuam a desigualdade racial. A

compreensão do racismo estrutural é essencial para entender as dificuldades e desafios específicos enfrentados pelas mulheres negras, bem como para formular estratégias eficazes de resistência e transformação (Souza, *et al.* 2023).

Lélia Gonzalez, em seu trabalho, destaca como o racismo estrutural molda as oportunidades e experiências das mulheres negras em diversas esferas da vida. Uma das áreas mais afetadas é a educação. Desde a infância, as mulheres negras frequentemente enfrentam um sistema educacional que não reconhece suas identidades e culturas, muitas vezes as relegando a escolas de baixa qualidade e oferecendo-lhes menos oportunidades de sucesso acadêmico. As expectativas baixas e os estereótipos raciais presentes no ambiente escolar contribuem para uma trajetória educacional limitada, dificultando o acesso ao ensino superior e, consequentemente, a empregos bem remunerados e posições de liderança (Gonzalez, 2020).

No mercado de trabalho, o racismo estrutural se manifesta em formas de discriminação na contratação, promoção e remuneração. Mulheres negras são frequentemente sub-representadas em posições de poder e influência, e quando conseguem acessar essas posições, enfrentam uma "parede de concreto" que impede seu avanço, como enfatizado por De Souza, (2024). Mulheres negras recebem salários significativamente mais baixos em comparação com seus colegas brancos e masculinos, mesmo quando possuem qualificações semelhantes. Além disso, muitas vezes são relegadas a setores de trabalho informal ou de baixa remuneração, onde enfrentam condições de trabalho precárias e falta de benefícios sociais (Bonilla-Silva, 2020).

A discriminação em espaços públicos e instituições também é uma realidade constante para as mulheres negras. Desde a brutalidade policial até o atendimento desigual em serviços de saúde, as mulheres negras frequentemente se deparam com um tratamento desumanizador que afeta diretamente sua dignidade e bem-estar. A violência policial é uma manifestação extrema dessa discriminação, onde as mulheres negras são alvo de perfis raciais, abusos físicos e psicológicos, muitas vezes sem qualquer forma de justiça ou reparação. No sistema de saúde, o racismo estrutural se traduz em menor acesso a cuidados de qualidade, altas taxas de mortalidade materna e infantil e a negligência de suas queixas e sintomas (Chai, *et al.* 2018).

Os efeitos do racismo estrutural na vida das mulheres negras são profundos e multifacetados. A constante exposição à discriminação e à injustiça tem um impacto significativo na autoestima e na saúde mental dessas mulheres. A internalização de estereótipos negativos e a luta contínua contra as barreiras sistêmicas podem levar a níveis elevados de estresse, ansiedade e depressão. Além disso, a falta de acesso a recursos e oportunidades limita suas perspectivas de futuro, criando um ciclo de pobreza e exclusão social que é difícil de romper (Cabral, *et al.* 2024).

Lélia Gonzalez argumenta em sua obra que a luta contra o racismo estrutural deve ser uma prioridade central para o feminismo afro-latino-americano. Ela enfatiza a necessidade de políticas públicas que promovam a igualdade racial e de gênero, bem como a importância de fortalecer as redes de apoio comunitário que possam oferecer recursos e solidariedade às mulheres negras. A educação antirracista, a representatividade nas mídias e nas instituições e a criação de espaços seguros para o diálogo e a resistência são estratégias fundamentais para desafiar e desmantelar o racismo estrutural (Gonzalez, 2020).

2.2 SEXISMO INTERSECCIONAL: DORES DUPLAS DE GÊNERO E RAÇA

O conceito de sexismo interseccional é fundamental para entender as experiências únicas das mulheres negras, que enfrentam a discriminação não apenas como mulheres, mas também como pessoas racializadas. Esta interseção de gênero e raça cria uma forma de opressão que é qualitativamente diferente das experiências vividas por mulheres brancas ou homens negros. Lélia Gonzalez (2020), destaca a importância de analisar essa interseccionalidade para compreender plenamente as barreiras enfrentadas pelas mulheres negras e desenvolver estratégias eficazes de resistência (Bueno, 2019).

O sexismo interseccional se manifesta de diversas maneiras na vida cotidiana das mulheres negras. No ambiente de trabalho, por exemplo, elas enfrentam não apenas a discriminação salarial e a sub-representação em cargos de liderança que afetam todas as mulheres, mas também estereótipos raciais que as posicionam como menos competentes ou menos adequadas para determinadas funções. Esses estereótipos podem incluir a hipersexualização de seus corpos, que as vê como objetos sexuais, o que pode limitar suas oportunidades de progresso e reconhecimento profissional (Silva, 2016).

No contexto educacional, as mulheres negras também enfrentam barreiras interseccionais. Desde a infância, elas são frequentemente vistas através de lentes estereotipadas que as descrevem como menos inteligentes ou menos capazes. Essas percepções não apenas afetam a maneira como são tratadas por professores e colegas, mas também podem influenciar suas próprias expectativas futuras e ambições. A falta de

modelos positivos e de representatividade nas esferas acadêmicas reforça esses desafios, dificultando a construção de uma identidade positiva e confiante (Cerioli, 2024).

Na esfera da saúde, o sexismo interseccional tem consequências graves. As mulheres negras frequentemente enfrentam um tratamento negligente ou inadequado por parte dos profissionais de saúde, que podem desconsiderar suas queixas ou sintomas devido a preconceitos raciais e de gênero. Isso se traduz em disparidades significativas nos resultados de saúde, incluindo taxas mais altas de mortalidade materna e infantil e menor acesso a cuidados de saúde de qualidade. A violência obstétrica é um exemplo claro de como o sexismo interseccional pode afetar a saúde das mulheres negras, resultando em traumas físicos e emocionais duradouros (Tavares, 2022).

A violência contra as mulheres negras é outra área onde o sexismo interseccional se manifesta de forma aguda. Elas enfrentam taxas desproporcionalmente altas de violência doméstica, agressão sexual e violência policial. A interseção de raça e gênero torna essas mulheres mais vulneráveis a tais abusos e, ao mesmo tempo, menos propensas a receber proteção ou justiça. A falta de recursos adequados, como abrigos seguros e apoio psicológico, agrava ainda mais essa situação, perpetuando um ciclo de violência que é difícil de romper (Lima; Rodrigues, 2022).

O impacto do sexismo interseccional na vida das mulheres negras é, portanto, multifacetado e profundo. Afeta suas oportunidades de crescimento pessoal e profissional, sua saúde física e mental, e sua segurança e bem-estar geral (Cabral, *et al.* 2024). Lélia Gonzalez argumenta que para enfrentar efetivamente essa forma de opressão, é necessário adotar uma abordagem interseccional que reconheça e aborde simultaneamente as dimensões de raça e gênero. Isso significa não apenas implementar políticas públicas que promovam a igualdade de gênero e racial, mas também criar espaços onde as vozes das mulheres negras possam ser ouvidas e valorizadas (Gonzalez, 2020).

2.3 VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NEGRAS: UMA EPIDEMIA SILENCIOSA

A violência contra as mulheres negras é uma realidade alarmante e persistente que se manifesta de diversas formas, incluindo violência doméstica, agressão sexual e violência policial. Esta violência é exacerbada por fatores interseccionais de raça e gênero, que colocam as mulheres negras em uma posição de vulnerabilidade única como enfatiza Firmino, *et al.* (2021). Lélia Gonzalez, em sua obra, enfatiza a necessidade de uma análise profunda e de ações concretas para abordar essa questão, destacando como o feminismo afro-latino-americano pode fornecer uma lente crítica e estratégias de resistência (Gonzalez, 2020).

A violência doméstica é uma das formas mais comuns de violência enfrentada pelas mulheres negras. Elas são frequentemente vítimas de abusos físicos, emocionais e psicológicos dentro de suas próprias casas, perpetrados por parceiros íntimos ou familiares. A dependência econômica, a falta de apoio social e a estigmatização cultural podem dificultar a denúncia desses abusos e a busca por ajuda. Além disso, a desconfiança em relação às instituições de justiça, que muitas vezes falham em proteger as mulheres negras, contribui para um ciclo de silêncio e submissão. Este cenário é agravado pela escassez de abrigos seguros e serviços de apoio adequados que compreendam e respondam às necessidades específicas das mulheres negras (Presti, 2021).

A agressão sexual é outra forma de violência que afeta desproporcionalmente as mulheres negras. Elas são frequentemente alvo de assédio sexual, estupro e outras formas de violência sexual, tanto em espaços privados quanto públicos. O racismo e os estereótipos de hipersexualização das mulheres negras tornam-nas mais vulneráveis a esses ataques e menos propensas a serem acreditadas ou a receber justiça quando denunciam. O medo de serem culpabilizadas ou de enfrentar retaliação social e profissional impede muitas mulheres negras de buscar ajuda, perpetuando um ciclo de trauma e silêncio (Rose, 2022).

A violência policial é uma manifestação extrema e visível da violência contra mulheres negras. Elas são frequentemente alvo de perfis raciais, brutalidade policial e abusos de poder. Casos de violência policial contra mulheres negras muitas vezes resultam em lesões graves ou fatais, e a impunidade dos perpetradores é uma norma inquietante. Esta violência não se limita às ruas, mas também ocorre em instituições carcerárias, onde as mulheres negras enfrentam condições desumanas e abusos sistemáticos. A falta de responsabilidade e a discriminação institucional perpetuam um ambiente onde a violência policial contra mulheres negras é “normalizada” e raramente contestada (Danin, 2018).

2.4 DESIGUALDADE ECONÔMICA: O PESO DISPROPORCIONAL SOBRE MULHERES NEGRAS

A desigualdade econômica é uma das questões mais prementes que afetam as mulheres negras, refletindo-se em disparidades salariais, falta de acesso a empregos estáveis e bem remunerados, dificuldades no empreendedorismo e menor acumulação de riqueza ao longo da vida. Este problema é profundamente interseccional, pois combina elementos de racismo estrutural e sexismo, criando barreiras significativas que impedem o avanço socioeconômico das mulheres negras (Rodrigues, 2023).

No mercado de trabalho, as mulheres negras enfrentam uma série de desafios que contribuem para a desigualdade econômica. Elas são frequentemente sub-representadas em posições de liderança e em setores de alta remuneração, sendo concentradas em ocupações de menor prestígio e salário como aponta Santos, (2017). Mesmo quando possuem qualificações equivalentes ou superiores, as mulheres negras tendem a ganhar menos do que seus colegas brancos e masculinos. Este fenômeno é conhecido como a "penalidade de raça e gênero", onde a combinação de discriminação racial e sexismo resulta em uma desvalorização sistemática do trabalho das mulheres negras (Hooks, 2020).

A falta de acesso a oportunidades educacionais de qualidade é um fator crucial que contribui para a desigualdade econômica. Desde a infância, as mulheres negras enfrentam um sistema educacional que frequentemente as marginaliza, oferecendo menos recursos e apoio em comparação com suas colegas brancas. As expectativas baixas e os estereótipos raciais podem afetar negativamente o desempenho acadêmico e as aspirações profissionais das mulheres negras. Sem uma educação sólida, as oportunidades de conseguir empregos bem remunerados e estáveis são severamente limitadas, perpetuando o ciclo de pobreza e exclusão (Maganha, 2023).

O empreendedorismo, que poderia ser uma via de escape da desigualdade econômica, também apresenta desafios significativos para as mulheres negras. Acesso limitado a capital, redes de negócios e mentoria são barreiras comuns que dificultam o sucesso empresarial. As mulheres negras empreendedoras muitas vezes enfrentam discriminação ao tentar obter financiamento e suporte para seus negócios. A falta de representação e de modelos de sucesso no empreendedorismo também pode desmotivar muitas a perseguir essa via. Apesar desses desafios, muitas mulheres negras demonstram resiliência e inovação, encontrando maneiras de construir e sustentar seus negócios em ambientes hostis (Castro; Dias Brito, 2024).

A desigualdade também se manifesta na falta de segurança econômica ao longo da vida. As mulheres negras tendem a ter menos acesso a benefícios trabalhistas, como licença remunerada, seguro de saúde e aposentadoria. A precariedade no emprego e a falta de proteções sociais significam que muitas mulheres negras vivem em uma constante incerteza financeira, dificultando a acumulação de riqueza e a estabilidade econômica. Esta insegurança econômica tem efeitos duradouros, impactando não apenas as mulheres negras, mas também suas famílias e comunidades (Ribeiro, 2017).

A interseção entre desigualdade econômica e saúde também é significativa. A falta de recursos financeiros limita o acesso a cuidados de saúde de qualidade, resultando em disparidades nos resultados de saúde. As mulheres negras, frequentemente sujeitas a condições de trabalho precárias e estressantes, estão em maior risco de desenvolver problemas de saúde física e mental. A falta de cobertura de saúde adequada agrava esses problemas, tornando difícil o acesso a tratamentos e cuidados preventivos (Nola, 2018).

2.5 ESTEREÓTIPOS E REPRESENTAÇÃO: A BATALHA PELA AUTOIMAGEM E VISIBILIDADE

A questão dos estereótipos e da representação das mulheres negras é central na obra de Lélia Gonzalez, que destaca como a falta de representação positiva nas mídias e na sociedade em geral contribui para a perpetuação de estereótipos negativos. Esses estereótipos não apenas afetam a autoimagem e a autoconfiança das mulheres negras, mas também limitam suas oportunidades de serem vistas como indivíduos completos e multifacetados. A luta contra esses estereótipos e pela representação justa e precisa é uma batalha crucial na busca por igualdade e justiça (Gonzalez, 2020).

Os estereótipos raciais e de gênero têm raízes profundas na história colonial e escravocrata, que desumanizou e objetificou as mulheres negras. Esses estereótipos persistem até hoje, manifestando-se de várias maneiras. A hiperssexualização das mulheres negras é um exemplo claro, onde elas são frequentemente retratadas como objetos sexuais, tanto na mídia quanto na sociedade. Esta representação distorcida não apenas desumaniza, mas também contribui para a violência sexual e a exploração (Candido; Feres 2019).

Outro estereótipo comum é o da "mulher negra raivosa", que retrata as mulheres negras como agressivas e difíceis de lidar. Este estereótipo tem consequências graves, pois justifica a discriminação e a marginalização em diversos contextos, incluindo o ambiente de trabalho e o sistema de justiça criminal. Mulheres negras que se expressam assertivamente são muitas vezes vistas através dessa lente estereotipada, o que pode resultar em retaliação, exclusão ou tratamento injusto (Do Rosário, 2021).

A representatividade nos espaços de poder e influência também é limitada. As mulheres negras são sub-representadas em cargos de liderança política, empresarial e acadêmica. Esta falta de visibilidade reforça a ideia de que as mulheres negras não pertencem a esses espaços, perpetuando um ciclo de exclusão. A ausência de modelos positivos e de figuras públicas que se assemelham a elas pode desmotivar as jovens negras a aspirar a essas posições, limitando suas ambições e potencial (Bento, *et al.* 2023).

2.6 CAMINHOS PARA A TRANSFORMAÇÃO: A LUTA PELO RECONHECIMENTO E IGUALDADE

A luta pelo reconhecimento e pela igualdade das mulheres negras é um processo complexo e multifacetado, que exige ações coordenadas e sustentadas em várias frentes. A obra de Lélia Gonzalez oferece uma perspectiva valiosa sobre os caminhos para a transformação, destacando a importância da interseccionalidade, da solidariedade e da ação coletiva. O reconhecimento das especificidades das experiências das mulheres negras e a promoção de políticas inclusivas são essenciais para construir uma sociedade mais justa e equitativa (Gonzalez, 2020).

Um dos primeiros passos para a transformação é o reconhecimento da existência e da persistência do racismo estrutural e do sexismo interseccional. Este reconhecimento deve ir além da retórica e se traduzir em ações concretas que abordem as desigualdades sistêmicas como aborda Clemente, (2019). Ainda segundo o autor, a educação é uma ferramenta poderosa neste processo, pois tem o potencial de mudar percepções e atitudes desde cedo. A incorporação de conteúdos que reflitam a história e as contribuições das mulheres negras nos currículos escolares é fundamental para combater preconceitos e promover uma compreensão mais abrangente da diversidade cultural.

A implementação de políticas públicas que visem reduzir as desigualdades é crucial. Isso inclui medidas para garantir a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho, como a promoção de políticas de ação afirmativa e a criação de programas de formação e capacitação específicos para mulheres negras. Além disso, é necessário promover a igualdade salarial e melhorar as condições de trabalho, assegurando que as mulheres negras tenham acesso a empregos dignos e bem remunerados. A criação de redes de apoio ao empreendedorismo negro é outro passo importante para fomentar a independência econômica e a inovação (Rodrigues, 2017).

A representação política e midiática das mulheres negras é uma área que precisa de atenção urgente. A sub-representação em cargos de liderança política e a representação estereotipada na mídia perpetuam a exclusão e a marginalização. A promoção de candidaturas de mulheres negras e o apoio a suas campanhas são essenciais para garantir que suas vozes sejam ouvidas nos espaços de tomada de decisão. Na mídia, é crucial promover uma representação diversificada e positiva, que reflita a multiplicidade de experiências e contribuições das mulheres negras (Azambuja, 2018).

A luta contra a violência é outra dimensão fundamental da transformação. As mulheres negras enfrentam altas taxas de violência em várias formas, incluindo violência doméstica, agressão sexual e violência policial. Políticas públicas devem ser implementadas para garantir a proteção e o apoio às vítimas, incluindo a criação de abrigos seguros, linhas de apoio e serviços de saúde mental acessíveis. A formação de profissionais de segurança e justiça para lidar com questões de racismo e sexismo é essencial para garantir um tratamento justo e adequado às mulheres negras (Rodrigues, 2017).

A construção de alianças entre diferentes movimentos sociais é vital para a luta pelo reconhecimento e igualdade. A solidariedade entre movimentos feministas, antirracistas, LGBTQIA+ e de direitos humanos pode fortalecer a resistência e promover mudanças mais abrangentes. A interseccionalidade deve ser o fio condutor dessas alianças, reconhecendo as múltiplas formas de opressão e lutando por uma justiça verdadeiramente inclusiva (Gomes, 2022).

CONCLUSÃO

O estudo sobre o conceito de Dororidade e suas implicações revela a urgência de uma abordagem interseccional que reconheça e aborde as complexas realidades vividas pelas mulheres negras. A Dororidade, um

neologismo que combina "dor" e "sororidade", destaca a solidariedade comunitária entre mulheres negras que compartilham experiências de opressão agravadas pelo racismo, machismo e sexismo. Este conceito enfatiza a necessidade de reconhecer as especificidades dessas vivências, muitas vezes invisibilizadas tanto pelo feminismo tradicional quanto pelos movimentos antirracistas.

Lélia Gonzalez, teórica proeminente do feminismo afro-latino-americano, (2020) e Vilma Piedade, como ativista e escritora que implementou o conceito de Dororidade (2017), oferecem uma análise crítica e detalhada sobre como o racismo e o sexismo interseccional se entrelaçam para criar formas únicas de opressão que afetam as mulheres negras. Seus trabalhos sublinham que essas formas de opressão não operam de maneira isolada, mas em conjunto, criando uma realidade que deve ser abordada de forma integrada. A Dororidade, portanto, não é apenas sobre reconhecer as dores das mulheres negras, mas também sobre encontrar formas de resistência e solidariedade que possam transformar essas realidades.

O racismo estrutural, uma das formas mais insidiosas de discriminação, afeta profundamente as oportunidades e experiências das mulheres negras em diversas esferas da vida, incluindo educação, mercado de trabalho e saúde. A discriminação sistêmica limita suas oportunidades de ascensão social e econômica, perpetuando ciclos de pobreza e exclusão. No contexto educacional, as mulheres negras enfrentam barreiras que afetam negativamente seu desempenho acadêmico e suas aspirações profissionais. No mercado de trabalho, elas são sub-representadas em posições de liderança e enfrentam disparidades salariais significativas. No sistema de saúde, a negligência e o tratamento inadequado resultam em disparidades alarmantes nos resultados de saúde, incluindo altas taxas de mortalidade materna e infantil.

O sexismo interseccional agrava ainda mais essas dificuldades, colocando as mulheres negras em uma posição de vulnerabilidade única. Elas enfrentam estereótipos raciais e de gênero que limitam suas oportunidades e perpetuam a discriminação em múltiplos contextos. A violência contra as mulheres negras, incluindo violência doméstica, agressão sexual e violência policial, é uma epidemia silenciosa que requer atenção e ação urgentes. A falta de recursos adequados e de apoio institucional agrava a situação, perpetuando um ciclo de violência e trauma.

Para enfrentar essas complexas formas de opressão, é necessário adotar uma abordagem interseccional que reconheça e valorize as vozes e experiências das mulheres negras. Políticas públicas devem ser implementadas para promover a igualdade de oportunidades, combater o racismo estrutural e o sexismo interseccional, e garantir a proteção e o apoio às vítimas de violência. A educação antirracista e a promoção de representatividade positiva na mídia e nos espaços de poder são essenciais para desafiar estereótipos e construir uma sociedade mais inclusiva e justa.

Portanto essas obras oferecem uma visão poderosa sobre os caminhos para a transformação, e destacam a importância do amparo, da ação coletiva e da interseccionalidade. A luta pelo reconhecimento e pela igualdade das mulheres negras é um processo contínuo e multifacetado, que exige esforços coordenados e sustentados em diversas frentes. A promoção da saúde e do bem-estar, o apoio ao empreendedorismo negro e a valorização das expressões culturais das mulheres negras são passos fundamentais para construir uma sociedade mais equitativa e justa para todas e todos.

Em última análise, as obras não tratam apenas de uma denúncia das injustiças enfrentadas pelas mulheres negras, mas também um chamado à ação. Ela nos desafia a reconhecer e combater as formas interligadas de opressão que perpetuam a desigualdade e a marginalização. Através de sua análise e propostas, Gonzalez e Piedade, cada qual com sua obra, nos oferece um mapa para a emancipação, destacando a importância de políticas públicas justas, representatividade, educação inclusiva, e a valorização da cultura e da identidade das mulheres negras. A luta pelo reconhecimento e igualdade é uma jornada contínua que requer compromisso, solidariedade e ação coletiva. Somente assim poderemos construir uma sociedade onde todas as mulheres, independentemente de sua raça, possam viver com dignidade, respeito e oportunidades iguais.

A conclusão deste estudo enfatiza que a transformação das condições de vida das mulheres negras requer um compromisso ativo e contínuo. É essencial implementar políticas públicas que promovam a igualdade racial e de gênero, fortalecer redes de apoio comunitário, e garantir representatividade e visibilidade positiva na mídia e em posições de poder. A luta pelo reconhecimento e pela igualdade das mulheres negras é um processo multifacetado que demanda solidariedade interseccional e ações coordenadas para dismantelar as estruturas de opressão e construir uma sociedade mais justa e equitativa.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Elisa. **O FEMINISMO AFRO-LATINO-AMERICANO DE LÉLIA GONZALEZ: DA TEORIA POLÍTICA A PRÁTICA POLÍTICA**. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 14, n. 42, p. 431-443, 2022.

AZAMBUJA, Kassiele Nascimento. **O reconhecimento das identidades negras no audiovisual brasileiro: um estudo de caso da plataforma Afroflix**. 2018.

BENTO, Andressa Soares et al. **Do silêncio à discussão sobre gênero em um espaço de formação continuada de docentes de Ciências e Matemática**. Investigações em Ensino de Ciências, v. 28, n. 1, p. 190-212, 2023.

BONILLA-SILVA, Eduardo. **Racismo sem racistas: o racismo da cegueira de cor e a persistência da desigualdade na América**. Editora Perspectiva SA, 2020.

BUENO, Winnie de Campos. **Processos de resistência e construção de subjetividades no pensamento feminista negro: uma possibilidade de leitura da obra Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment (2009) a partir do conceito de imagens de controle**. 2019.

CANDIDO, Marcia Rangel; FERES JÚNIOR, João. **Representação e estereótipos de mulheres negras no cinema brasileiro**. Revista Estudos Feministas, v. 27, p. e54549, 2019.

CERIOLI, Amanda De Campos. **A multiplicidade da voz negra: contexto feminino nos romances Niketche e As Alegrias da Maternidade**. Editora Dialética, 2024.

CHAI, Cássius Guimarães; SANTOS, Jéssica Pereira dos; CHAVES, Denisson Gonçalves. **Violência institucional contra a mulher: o Poder Judiciário, de pretenso protetor a efetivo agressor**. Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM, 2018.

CABRAL, Sueli Maria et al. **MULHERES NEGRAS NO MERCADO DE TRABALHO: ESTUDO DE CASO NO VALE DO SINOS/RS**. Boletim de Conjuntura (BOCA), v. 17, n. 51, p. 379-404, 2024.

CASTRO CARVALHO, Liliane Mendes; DIAS BRITO, Anderson. **EMPREENDEDORISMO RESILIENTE: RELATOS DE MULHERES DE BAIXA RENDA**. Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, v. 18, n. 1, 2024.

CLEMENTE, Flávia da Silva. **Novas manifestações de racismo e sexismo contra mulheres negras e contradiscursos das ativistas digitais negras**. 2019.

DA COSTA LAGE, Mariana Luísa. **Shirley Anne Tate e sua perspectiva feminista negra decolonial-contribuições para os estudos organizacionais**. Revista Eletrônica de Administração, v. 30, n. 1, 2024.

DANIN, Renata Almeida. Vozes Brancas, Mortes Negras: **Configurações do Racismo Institucional no Cenário da Segurança Pública**. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa De Pós-Graduação em Segurança Pública, Universidade Federal do Pará (Dissertação), 2018.

DE SOUZA, Rafaela Nascimento. **As dificuldades enfrentadas por mulheres negras no acesso**. 2024.

DE OLIVEIRA, Jéssica Cristina Alvaro. **Dororidade: A união das mulheres pretas através da dor**. Ayé: Revista de Antropologia, v. 3, n. 01, 2021.

FIRMINO, Yasmin Amélia et al. **Violência, abuso sexual e objetificação da mulher: uma análise de conteúdo da Minisséria Tereza Batista**. 2021.

GOMES, Nilma Lino. **Saberes das lutas do movimento negro educador**. Editora Vozes, 2022.

- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro latino americano. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- HOOKS, Bell. **Teoria feminista**. Editora Perspectiva SA, 2020.
- LIMA, Sandra da Conceição da Silva; RODRIGUES, Jéssica Silva. **A violência contra a mulher na perspectiva da psicologia: uma revisão bibliográfica**. 2022.
- MAGANHA, Fernando. **Desigualdade e ensino remoto emergencial na pandemia: uma análise sociológica**. 2023.
- NOLA, Anastácia Antônio. **A inserção da mulher negra no mercado de trabalho: o caso da Universidade Da Integração Internacional Da Lusófia Afrobrasileira (Unilab) campus Ceará (2013-2017)**. 2018.
- PIECADE, Vilma. Dororidade. São Paulo: Editora Nós, 2017.
- PRESTI, Adriana Mendonça Lo. **A Comissão da Mulher Advogada da OAB Amazonas e o amparo às vítimas de violência doméstica: um levantamento de dados no Sistema de Justiça do Amazonas**. 2021.
- RIBEIRO, Karine de Nazareth. **Trabalho doméstico: avanços e resistências no trabalho doméstico no Brasil**. 2017.
- RODRIGUES, Julia Martins. **Desafios à inclusão da mulher migrante no cenário de trabalho formal brasileiro**. 2023.
- RODRIGUES, Lilian Segnini. **Políticas públicas no combate à desigualdade racial: Uma análise da implementação da Lei nº 12.990/2014 em uma Instituição Federal de Ensino Superior**. 2017.
- RODRIGUES, Maria Natividade Silva. **Violência Intrafamiliar: O abuso sexual contra crianças e adolescentes**. Paco Editorial, 2017.
- DO ROSÁRIO, Livia Verena Cunha. **Atravessando fronteiras: mulheres negras migrantes no Amapá**. Editora Dialética, 2021.
- ROSE, Jacqueline. **Sobre a violência e sobre a violência contra as mulheres**. Fósforo, 2022.
- SANTOS, Gabriela Renata Rodrigues dos. **Trajetórias profissionais de mulheres negras em empresas multinacionais em São Paulo**. 2017. Tese de Doutorado.
- SILVA, Sandra Maria Cerqueira da. **Tetos de vitrais: gênero e raça na contabilidade no Brasil**. 2016. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- SOUZA, Andreza Dantas de et al. **O racismo e as representações de violência contra os Negros no Brasil contemporâneo: estudo da coalizão Negra por direitos (2019-2022)**. 2023.
- TAVARES, Juliane Barbosa. **Silenciamento e invisibilidade: os determinantes na construção do termo violência obstétrica no Brasil e a relação com o serviço social**. 2022.